



Instituto Razão Social

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de déficit	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Instituto Razão Social
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Razão Social (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do déficit e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Razão Social em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Instituto Razão Social

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2012	2011 (Reclassificado)	Passivo	Nota explicativa	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	225.132	301.864	Fornecedores e outras contas a pagar	8	29.643	6.926
Impostos à recuperar		-	45	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	9	55.186	42.315
Adiantamentos a funcionários		16.766	-	Impostos e contribuições a recolher	10	9.862	9.610
Despesas pagas antecipadamente		323	-	Projetos vinculados - recursos de terceiros	11	3.808	83.987
		<u>242.221</u>	<u>301.909</u>	Serviços de terceiros a pagar	12	<u>32.655</u>	<u>30.576</u>
						<u>131.154</u>	<u>173.414</u>
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais		10.000	10.000	Patrimônio social	14	82.410	82.410
Imobilizado	6	12.080	12.694	Superávit acumulado		<u>54.321</u>	<u>74.489</u>
Intangível	7	<u>3.584</u>	<u>5.710</u>			<u>136.731</u>	<u>156.899</u>
		<u>25.664</u>	<u>28.404</u>				
Total do ativo		<u><u>267.885</u></u>	<u><u>330.313</u></u>	Total do passivo e patrimônio social		<u><u>267.885</u></u>	<u><u>330.313</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações de déficit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota explicativa	2012	2011
Receitas das atividades			
Doações institucionais - mantenedores	15	738.000	690.000
Doações de Projetos vinculados-recursos de terceiros	15	<u>2.262.358</u>	<u>1.732.877</u>
		<u>3.000.358</u>	<u>2.422.877</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(681.918)	(544.174)
Serviços de terceiros		(632.258)	(488.418)
Administrativas e gerais		(146.092)	(132.961)
Custos com projetos		(1.559.881)	(1.322.281)
Despesas tributárias		<u>(7.591)</u>	<u>(7.887)</u>
	16	<u>(3.027.740)</u>	<u>(2.495.721)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	8.772	29.916
Despesas financeiras	17	<u>(1.558)</u>	<u>(704)</u>
		<u>7.214</u>	<u>29.212</u>
Déficit do exercício		<u>(20.168)</u>	<u>(43.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Déficit do exercício	(20.168)	(43.632)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(20.168)</u>	<u>(43.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	82.410	118.121	200.531
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(43.632)</u>	<u>(43.632)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>82.410</u>	<u>74.489</u>	<u>156.899</u>
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(20.168)</u>	<u>(20.168)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>82.410</u>	<u>54.321</u>	<u>136.731</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(20.168)	(43.632)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.928	29.270
	<u>(13.240)</u>	<u>(14.362)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos em:		
Impostos à recuperar	45	-
Adiantamentos a fornecedores	-	1.628
Adiantamentos a funcionários	(16.766)	13.099
Adiantamentos para despesas	(323)	1.200
Depósitos judiciais	-	(5.357)
Aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores e outras contas a pagar	22.717	1.164
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	12.871	6.022
Impostos e contribuições a recolher	252	34
Projetos vinculados - recursos de terceiros	(80.179)	83.987
Serviços de terceiros a pagar	2.079	(21.476)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(72.544)</u>	<u>65.939</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.709)	(4.777)
Aquisição de intangível	(479)	(1.833)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	<u>(4.188)</u>	<u>(6.610)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(76.732)</u>	<u>59.329</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	301.864	242.535
No fim do exercício	225.132	301.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Razão Social (“Instituto”) foi constituído em 1º de outubro de 2001 sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, na cidade de São Paulo, e tem por missão a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil, que se traduz no objetivo geral de desenvolver e viabilizar assistência técnica no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos educacionais, em especial aqueles relacionados ao desenvolvimento, à capacitação e à formação de profissionais do ensino básico público no Brasil.

As atividades operacionais do Instituto tiveram início em maio de 2002. Em 26 de agosto de 2004, o Instituto obteve o certificado de “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP). Entretanto, o Instituto ainda não possui os Certificados de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

São associadas ao Instituto as pessoas jurídicas que compartilham os objetivos e os princípios deste. Os mantenedores são as empresas Promon Engenharia Ltda. (“Promon”) e Gerdau Aços Longos S.A. (“Gerdau”).

Conhecimento é fator fundamental para o desenvolvimento humano, e investir em mecanismos que permitam compartilhá-lo e disseminá-lo é alimentar uma espiral positiva de progresso. Essa crença inspirou a criação e segue na essência das atividades do Instituto Razão Social, uma entidade voltada à Educação que, desde 2002, atua segundo um modelo original: em vez de criar projetos e programas próprios, ela tece redes de parceiros e agrega soluções de tecnologia para transformar iniciativas de terceiros em ações replicáveis a baixo custo, conferindo a elas a indispensável abrangência, tendo em vista a dimensão territorial e a diversidade do Brasil.

O desenvolvimento de profissionais da rede pública é o foco das atividades da entidade, que tem a Promon e a Gerdau como sócios mantenedores e a parceria tecnológica da IBM, que doa hardware e licenças de uso de software. O objetivo é impulsionar projetos que promovam a qualidade do ensino, agregando competências que impactem positivamente o desempenho do aluno e favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades.

Seus mantenedores definem as estratégias e grandes linhas de atuação do Instituto Razão Social, enquanto cabe à equipe técnica identificar projetos e programas consistentes na área de educação básica que possam trazer resultados mensuráveis, capazes de sistematizar práticas e influenciar políticas públicas; definir e estabelecer parcerias para alavancá-los; e implantar as ações visando à replicabilidade e à abrangência das iniciativas.

O Instituto desenvolve suas atividades em torno de quatro eixos: programas de formação continuada; cursos e redes on-line; gestão de portais e ações de articulação.

Abrangência dos projetos do Instituto Razão Social	2009 (não auditado)	2010 (não auditado)	2011 (não auditado)	2012 (não auditado)
Número de municípios atendidos	82	89	145	468
Número de educadores beneficiados direta e indiretamente	8.114	11.990	11.963	15.806
Número de alunos beneficiados diretamente	160.000	146.822	173.135	751.600

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente a Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros”.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto em 10 de maio de 2013.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado e a mensuração de instrumentos financeiros não derivativos.

d. Reclassificações

As rubricas abaixo, do balanço patrimonial, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram reclassificadas para ficar em conformidade com a apresentação do ano corrente. Como consequência, houve alterações nas mesmas rubricas na demonstração dos fluxos de caixa.

Balanço patrimonial

	Reclassificado	Divulgado
Ativo		
Adiantamentos a funcionários e outros	-	45
Impostos a recuperar	45	-

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos das transações, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros não derivativos não reconhecidos como outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar e serviços de terceiros a pagar.

b. Apuração do déficit e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

As doações e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita quando recebidas.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo

Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada para o período corrente e comparativo, como segue:

Móveis e utensílios	3 a 8 anos
Equipamentos de informática	3 a 5 anos

A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração do Instituto definiu que os itens que compõem o seu imobilizado não possuem valores residuais, já que não há a previsão de realização futura dos mesmos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de déficits.

d. Ativos intangíveis

Licenças de softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

e. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente, caso haja algum indicativo de perda, para verificação do seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos as despesas de venda, e o valor em uso.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de uma maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros não derivativos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os seus objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

i. Aspectos fiscais

O Instituto, baseado no artigo 150, VI, da Constituição Federal, possui imunidade tributária de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS e ISS. Além do disposto na constituição, para o PIS e a COFINS a entidade está amparada ainda pela IN 247/02. Para fazer jus a essa isenção, deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, estabelecidas no art. 15 da Lei nº 9.532/97:

- a.** Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b.** Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c.** Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d.** Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- e.** Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Essa isenção não abrange as hipóteses de retenção de imposto de renda na fonte, nas quais as entidades isentas deverão efetuar a retenção e recolher o imposto, nem as hipóteses de tributação exclusivamente na fonte, como os rendimentos ou ganhos de capital sobre aplicações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	251	1.400
Bancos	123.509	65.087
Aplicações financeiras(*)	<u>101.372</u>	<u>235.377</u>
	<u><u>225.132</u></u>	<u><u>301.864</u></u>

As aplicações financeiras são compostas de aplicações em renda fixa (fundos) e aplicações vinculadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) que possuem liquidez imediata e remuneração de 101% (100,5% em 2011) do CDI, com previsão de utilização no curto prazo.

- (*) Do montante aplicado financeiramente, R\$ 3.808 refere-se a recursos que poderão ser utilizados exclusivamente nos projetos vinculados – recursos de terceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

5 Transações com partes relacionadas

		2012			2011			
	Notas explicativas	Promon Engenharia Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.	Total	Promon Engenharia Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.	Promon Logicalis Tecnologia e Participações Ltda.	Total
Passivo circulante								
Outras contas a pagar	8	8.416		8.416				
Total		<u>8.416</u>		<u>8.416</u>				
Resultado								
Receitas das atividades								
Mantenedores	15	369.000	369.000	738.000	345.000	345.000	-	690.000
Doadores	15	-	363.868	363.868	49.120	511.000	20.000	580.120
Total		<u>369.000</u>	<u>732.868</u>	<u>1.101.868</u>	<u>394.120</u>	<u>856.000</u>	<u>20.000</u>	<u>1.270.120</u>
Custos e despesas operacionais por natureza								
Serviços de terceiros	16	8.555		8.555	9.978			9.978
Despesas com eventos	16	649		649	-			-
Custos com projetos	16	4.168		4.168	882			882
Despesas com aluguéis	16	91.714		91.714	66.400			66.400
Outras	16	18.179		18.179	10.872			10.872
Total		<u>123.265</u>		<u>123.265</u>	<u>88.132</u>			<u>88.132</u>

Remuneração da administração

Ao longo dos exercícios de 2012 e 2011 não foram pagas compensações a título de remuneração da administração do Instituto.

6 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2012	126.490	1.846	128.336
Adições	3.709	-	3.709
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>130.199</u>	<u>1.846</u>	<u>132.045</u>
Depreciação acumulada			
Em 1º de janeiro de 2012	(115.165)	(477)	(115.642)
Depreciação anual	(4.139)	(184)	(4.323)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(119.304)</u>	<u>(661)</u>	<u>(119.965)</u>
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2012	<u>11.325</u>	<u>1.369</u>	<u>12.694</u>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>10.895</u>	<u>1.185</u>	<u>12.080</u>

7 Intangível

	Softwares
Custo	
1º de janeiro de 2012	107.140
Adições	479
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>107.619</u>
Amortização acumulada	
1º de janeiro de 2012	(101.430)
Amortização anual	(2.605)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(104.035)</u>
Valor contábil	
Em 1º de janeiro de 2012	<u>5.710</u>
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>3.584</u>

8 Fornecedores e outras contas a pagar

	2012	2011
Fornecedores:		
Telcabos – Telecomunicações	2.039	-
Lab Social - Projetos e Consultoria	2.305	-
Worbi Internet Business	1.471	1.471
Telefônica Brasil S.A.	427	-
A. Telecom S.A.	289	-
Locaweb IDC Ltda.	184	-
	<u>6.715</u>	<u>1.471</u>
Outras contas a pagar		
Hertz - Spo	-	4.568
Bradesco Saúde S.A	9.180	-
Promon Engenharia Ltda. (vide Nota nº 5)	8.416	-
Radures Contabilidade	4.300	-
Rolim Associados	887	887
Outros	145	-
	<u>22.928</u>	<u>5.455</u>
Total	<u>29.643</u>	<u>6.926</u>

9 Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	2012	2011
Provisão de férias	33.805	33.492
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.590	2.049
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	18.791	6.774
	<u>55.186</u>	<u>42.315</u>

10 Impostos e contribuições à recolher

Referem-se a impostos retidos de terceiros e impostos sobre a folha de pagamento.

	2012	2011
PIS	537	-
IRRF	9.060	7.853
CSRF	265	1.757
	<u>9.862</u>	<u>9.610</u>

11 Projetos vinculados – Recursos de terceiros

Em 06 de outubro de 2011, foi recebida uma doação da IBM Foundation no valor de R\$ 126.350, dos quais R\$ 42.363 foram utilizados no ano de 2011 e R\$ 80.179 foram utilizados no ano de 2012 para o pagamento do fornecedor de “Criação do Conteúdo” para custear o “Evento de teste do conteúdo” com o público alvo. O restante, no montante de R\$ 3.808 (R\$ 83.987 em 2011) será utilizado no ano de 2013 para pagamento de honorários advocatícios para construção de termo de cessão de direitos de uso do conteúdo criado. O valor ainda não aplicado, está registrado no passivo, na rubrica de Projetos vinculados, em função de cláusula contratual com a IBM, onde em caso de não utilização ou sobra do valor inicial doado, o mesmo deverá ser devolvido.

12 Serviços de terceiros a pagar

Referem-se principalmente às obrigações em relação à Loquax Assessoria e Consultoria Ltda. pela prestação de serviços de consultoria para assuntos relacionados à análise e à seleção de projetos de capacitação de educadores e acompanhamento da implantação dos projetos selecionados.

13 Contingências

Em 31 de dezembro de 2012 o Instituto possuía um processo trabalhista em andamento no valor de R\$ 9.914 (R\$ 12.231 em 2011) com avaliação de probabilidade de perda como “possível” pelos seus assessores jurídicos externos, onde nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Este processo trabalhista em andamento possui depósito judicial no valor de R\$ 10.000 realizado pelo Instituto em anos anteriores.

14 Patrimônio líquido

Constituem o patrimônio social do Instituto:

- a. as contribuições voluntárias dos associados;
- b. os donativos, legados, subsídios e quaisquer recursos que lhe forem concedidos por pessoas naturais ou jurídicas, associadas ou não;
- c. os bens móveis e imóveis, títulos, valores e direitos pertencentes.

15 Receitas das atividades

Durante o exercício, o Instituto recebeu de suas sociedades mantenedoras as doações a seguir demonstradas:

	2012	2011
Gerdau Aços Longos S.A. (“Gerdau”) (vide Nota nº 5)	369.000	345.000
Promon Engenharia Ltda. (“Promon”) (vide Nota nº 5)	<u>369.000</u>	<u>345.000</u>
	<u><u>738.000</u></u>	<u><u>690.000</u></u>

Adicionalmente, outras entidades contribuíram com doações para fins de reembolso de despesas do Instituto com projetos, dentro dos quais cabe destacar: Fundo do Milênio, Progestão Online, Além das Letras, Além dos Números, Formar em Rede, Curso Nome Próprio e Leitura pelo Professor. As doações recebidas em 2012 totalizaram R\$ 2.262.358 (R\$ 1.732.877 em 2011) recebidas de:

	2012	2011
Gerdau Aços Longos S.A. (Gerdau) (vide Nota nº 5)	363.868	511.000
Banco Santander S.A.	596.049	1.080.731
Promon Engenharia Ltda. (Promon) (vide Nota nº 5)	-	49.120
IBM Foundation	114.679	42.363
Promon Logicalis Tecnologia e Participações Ltda. (vide Nota nº 5)	-	20.000
Instituto Natura	502.188	29.663
Avisa Lá	20.000	-
Instituto Jama	80.000	-
Instituto Escola Brasil (IEB)	585.574	-
	<u>2.262.358</u>	<u>1.732.877</u>

Principais projetos e parcerias

Progestão Online: O curso Progestão é uma iniciativa do Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação para formação em gestão administrativa e pedagógica de gestores de escolas públicas. É um curso a distância que utiliza matérias impressos e tem como objetivo formar lideranças escolares comprometidas com a construção de um projeto de gestão democrática da escola pública, focada no sucesso dos alunos. Visando ampliar as oportunidades de acesso, aprendizado e interação do curso, o Instituto Razão Social uniu-se ao CONSED para desenvolver o Progestão Online. Com o apoio de Gerdau, Santander, Instituto Jama e Instituto Natura, em 2012, o Progestão Online chegou a 17 Estados brasileiros, beneficiando 4.556 equipes gestoras (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros) de 1742 escolas públicas em 421 municípios.

Programa Formar em Rede: Realizado em parceria estabelecida entre o Santander, o MEC, o Instituto Avisa Lá, com apoio tecnológico da IBM. O projeto Programa Formar em Rede visa contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Infantil oferecida por municípios inseridos no ProInfância, no Estado da Bahia. A edição 2012 do programa beneficiou 57 formadores de secretarias municipais de educação de 19 municípios da Bahia, que beneficiaram, por sua vez, 550 escolas, 3531 professores.

Programa Além das Letras: O programa foi pré-qualificado pelo Guia de Tecnologia do MEC em 2009. A edição 2011/ 2012 o Programa foi realizada em 10 municípios, com parceria do Banco Santander (Instituto Escola Brasil) e teve como objetivo contribuir para a qualificação das práticas de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental e alia as vantagens da Educação a Distância a uma equipe especializada em formação de professores alfabetizadores e o fortalecimento das competências técnicas dos formadores das Secretarias de Educação.

Programa Além dos Números: cujo propósito é incentivar mudanças positivas nos indicadores de rendimento escolar em Matemática e apoiar o sucesso escolar dos alunos do Ensino

Fundamental do 1º ao 5º ano. A edição 2011/ 2012 do Além dos Números foi implementado em 10 municípios brasileiros, também com parceria do Instituto Escola Brasil (Banco Santander).

Programa Fundo do Milênio: patrocinado pelo Grupo Gerdau, oferece formação permanente em serviço e em rede para profissionais de instituições de Educação Infantil, na busca da qualificação da educação e dos cuidados das crianças nos seus primeiros anos de vida. Em 2012 foram beneficiadas 16 coordenadoras pedagógicas em 8 municípios brasileiros, beneficiando 77 escolas e 438 professores de Educação Infantil.

Projeto Trilhas: iniciativa do Instituto Natura tem como foco apoiar o trabalho docente no campo da leitura e escrita com objetivo de inserir as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental no universo letrado. O Instituto desenvolveu uma Rede de Virtual de Ancoragem para o projeto que atende 2008 municípios e 20.308 educadores.

16 Custos e despesas operacionais por natureza

	2012	2011
Despesas com salários e benefícios a empregados	681.918	544.174
Serviços de terceiros	632.258	488.418
Despesas com eventos	1.743	3.546
Custos com projetos	1.468.986	1.189.239
Tecnologia da informação	89.152	129.496
Despesas com aluguéis	91.714	66.400
Depreciação e amortização	6.928	29.270
Despesas com impostos	7.591	7.887
Outras (vide Nota nº 5)	47.450	37.291
	<u>3.027.740</u>	<u>2.495.721</u>

17 Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
<u>Receitas financeiras:</u>		
Receita de juros sobre aplicações financeiras	8.674	29.916
Descontos obtidos	98	-
	<u>8.772</u>	<u>29.916</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Despesa com multas e	(996)	(144)
Outras despesas	(562)	(560)
	<u>(1.558)</u>	<u>(704)</u>

18 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores correspondem aos seus respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os ativos e passivos financeiros do Instituto estão classificados nas seguintes categorias:

Ativo	Empréstimos e recebíveis	Designados ao valor justo	2012
Caixa	251	-	251
Equivalentes de caixa	123.509	-	123.509
Aplicações financeiras	-	101.372	101.372
	<u>123.760</u>	<u>101.372</u>	<u>225.132</u>
Ativo	Empréstimos e recebíveis	Designados ao valor justo	2011
Caixa	1.400	-	1.400
Equivalentes de caixa	65.087	-	65.087
Aplicações financeiras	-	235.377	235.377
	<u>66.487</u>	<u>235.377</u>	<u>301.864</u>
Passivo	Mensurados ao custo amortizado		2012
Fornecedores		6.715	6.715
Outras contas a pagar		22.928	22.928
Serviços de terceiros a pagar		32.655	32.655
		<u>62.298</u>	<u>62.298</u>
Passivo	Mensurados ao custo amortizado		2011
Fornecedores		1.471	1.471
Outras contas a pagar		5.455	5.455
Serviços de terceiros a pagar		30.576	30.576
		<u>37.502</u>	<u>37.502</u>

Durante 2012 e 2011 o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Os passivos expostos ao risco de liquidez totalizam R\$ 62.298, conforme quadro apresentado acima, cujo vencimento será até 1 ano.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade não possui caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

A Administração gerencia o risco da taxa de juros ponderando a contratação de taxas pós fixadas, basicamente CDI, de forma que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Instituto estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,14% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	101.372	CDI	7,14%	5,36%	3,57%
Receita financeira			7.238	5.428	3.619

Conselho Diretor

Carlos Mário Siffert de Paula e Silva
Presidente

Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Vice-Presidente

José Paulo Soares Martins
Conselheiro

Beatriz Bier Johannpeter
Conselheiro

Conselho Fiscal

Maria Cristina Varalla Mendes
Conselheiro

Clodis Xavier da Silva
Conselheiro

João Carlos de Souza
Contador CRC 1SP 159.112/O-2